

## PROVÃO: O IMPACTO DE SUA IMPLANTAÇÃO NOS CURSOS SUPERIORES DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP\*.

Ieda M. M. BENEDETTI

---

Neste trabalho, descrevo elementos que contextualizam o cenário onde se insere o Provão abordando: o descaso com a educação desde o período do Brasil-Colônia, o “Coronelismo” e seus resquícios na cultura, bem como costumes locais que influenciaram de modo significativo as respostas das IES da cidade de Presidente Prudente, às novas diretrizes e exigências para o Ensino Superior, passando por fim pela globalização e as novas habilidades e competências por ela exigidas.

Discorro sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enfatizando as Novas exigências para o Ensino Superior e sua regulamentação, e trabalho as questões ligadas a avaliação e aos objetivos e princípios do Provão.

Abordo as mudanças no cenário do Ensino Superior, da cidade de Presidente Prudente, tanto nas instituições particulares como na pública, geradas pela implantação das Novas Diretrizes e Exigências para o Ensino Superior e sua modalidade avaliativa: O Exame Nacional de Cursos (Provão).

Apono a necessidade de uma discussão sistêmica das mudanças propostas pelo MEC, criticando as alterações em itens isolados, sem a devida análise do impacto que cada uma das mudanças provoca nos demais elementos do sistema como um todo.

---

\* Dissertação (Mestrado) defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação de professores da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Entende-se que o Provão tem se constituído em fator de mudanças em várias áreas de funcionamento do Ensino Superior, ressaltando-se entre elas a prática dos professores, constituindo-se, portanto como elemento de formação destes e de influência na sua prática profissional.

A partir da análise de entrevistas com diretores e coordenadores de cursos, e de questionários respondidos por professores do ensino superior, ligados aos cursos de Administração de Empresas e Pedagogia, interpreto as modificações geradas pelo provão dentro das seguintes categorias:

Cisão: em parte das IES, a preocupação com o Provão ficou cindida, estando as esferas administrativas muito mais envolvidas com as novas exigências, sem, contudo, conseguirem igual envolvimento dos professores.

O Provão como um fim em si: o Provão deixou de ser um instrumento de avaliação para ser o propósito final de parte da IES, em detrimento de outros elementos fundamentais para o processo de formação do aluno.

Títulos: dentro das Novas Diretrizes e Exigências para o Ensino Superior, o quesito titulação foi o que mais provocou preocupação e mudanças, tendo impactado de modo contundente o perfil do novo professor do Ensino Superior no período que sucedeu à implantação do Exame Nacional de Cursos.

A relação com os alunos: o aluno perdeu parcialmente a concepção de “educando” para se tornar cliente, consumidor e o “objeto” através do qual a instituição será avaliada no Provão.

Aspectos positivos: significativas mudanças foram desenvolvidas motivadas pelo Provão. Entre elas destacam-se: a preocupação com a frequência do aluno, a redução do número de cursos vagos e a modificação na qualificação do corpo docente.

Aspectos negativos e críticas mais freqüentes: Entrevistas e questionários trazem críticas à padronização do Provão por não respeitar necessidades e características regionais de cada instituição, a falta de uma postura mais orientadora e menos classificatória por parte do MEC e suas equipes de avaliação. Criticam ainda, a falta de atitudes por parte do MEC, dirigidas às instituições que não vêm tendo adequado desempenho nas avaliações.

Transparência nas relações entre o MEC e as IES: são freqüentes as denúncias de que professores titulados “alugam” seus títulos às instituições, sem contudo, efetivamente fazerem parte do seu corpo docente; maquiagens de bibliotecas, entre outros itens da

estrutura das IES, visando exclusivamente as visitas de comissões do MEC. Ainda consta nas entrelinhas das entrevistas que, comissões do MEC tenham estado susceptíveis a “favores e privilégios” oferecidos pelas IES por eles avaliados.